



A VIOLAÇÃO DO DIREITO À MORADIA E O IMPACTO NA VIDA DAS MORADORAS DA COMUNIDADE ARATU EM JOÃO PESSOA/PB (ST11)

Ana Clara Vieira e Medeiros

UFPE | aanac.medeiros@gmail.com

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

UFPG | liviaibmiranda@gmail.com

Sessão Temática 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Resumo: O direito à moradia é garantido como um direito fundamental pela Constituição Brasileira, mas é importante entender que a moradia vai além do espaço físico, incluindo o ambiente necessário para o desenvolvimento das atividades diárias e a manutenção da vida. No contexto de gênero, a habitação deve ser vista como um espaço que acolhe as experiências e necessidades das mulheres. Este estudo propõe investigar a violação do direito à moradia através da realidade cotidiana das mulheres da comunidade Aratu, em João Pessoa/PB, analisando a vulnerabilidade social e os impactos da infraestrutura precária na vida dessas mulheres. O artigo destaca a falta de infraestrutura e equipamentos na comunidade, mesmo em uma área circundada por regiões mais estruturadas, e como os moradores criaram soluções alternativas para suprir essas carências. A pesquisa contribui para o debate sobre o direito à moradia e gênero, além de promover uma metodologia colaborativa para mapear e entender territórios populares por meio da participação ativa das comunidades.

Palavras-chave: Direito à cidade; Direito à moradia; Precariedade habitacional; Gênero.

VIOLATION OF THE RIGHT TO HOUSING AND THE IMPACT ON THE LIVES OF RESIDENTS OF THE ARATU COMMUNITY IN JOÃO PESSOA/PB

Abstract: *The right to housing is guaranteed as a fundamental right by the Brazilian Constitution, but it is important to understand that housing goes beyond physical space, including the environment necessary for carrying out daily activities and maintaining life. In the context of gender, housing must be seen as a space that welcomes women's experiences and needs. This study proposes to investigate the violation of the right to housing through the daily reality of women in the Aratu community, in João Pessoa/PB, analyzing social vulnerability and the impacts of precarious infrastructure on the lives of these women. The article highlights the lack of infrastructure and equipment in the community, even in an area surrounded by more structured regions, and how residents created alternative solutions to overcome these needs. The research contributes to the debate on the right to housing and gender, in addition to promoting a collaborative methodology to map and understand popular territories through the active participation of communities.*

Keywords: *Right to the city; Right to housing; Housing precariousness; Gender.*

VIOLACIÓN DEL DERECHO A LA VIVIENDA Y EL IMPACTO EN LA VIDA DE LOS HABITANTES DE LA COMUNIDAD ARATU EN JOÃO PESSOA/PB

Resumen: *El derecho a la vivienda está garantizado como un derecho fundamental por la Constitución brasileña, pero es importante entender que la vivienda va más allá del espacio físico, incluyendo el entorno necesario para realizar las actividades diarias y mantener la vida. En el contexto de género, la vivienda debe ser vista como un espacio que acoge las experiencias y necesidades de las mujeres. Este estudio propone investigar la violación del derecho a la vivienda a través de la realidad cotidiana de las mujeres de la comunidad Aratu, en João Pessoa/PB, analizando la vulnerabilidad social y los impactos de la infraestructura precaria en la vida de estas mujeres. El artículo destaca la falta de infraestructura y equipamiento en la comunidad, incluso en un área rodeada de regiones más estructuradas, y cómo los residentes crearon soluciones alternativas para superar estas necesidades. La investigación contribuye al debate sobre el derecho a la vivienda y el género, además de promover una metodología colaborativa para mapear y comprender los territorios populares a través de la participación activa de las comunidades.*

Palabras clave: *Derecho a la ciudad; Derecho a la vivienda; Precariedad habitacional; Género.*

INTRODUÇÃO

O direito à moradia, reconhecido como um direito humano fundamental pela Constituição Brasileira, é a base para a garantia de outros direitos. A precariedade habitacional impacta a vida das pessoas de maneira que ultrapassa a simples falta de recursos materiais, privando os moradores de um amplo conjunto de direitos humanos, civis e políticos. A abordagem desses desafios deve considerar as especificidades de cada contexto, variando conforme o tempo e o espaço.

No que tange à questão de gênero, a moradia adequada é um elemento essencial para a promoção da autonomia econômica das mulheres. Ainda amplamente associadas ao espaço doméstico, as condições habitacionais adequadas são fundamentais para assegurar direitos como acesso à saúde, segurança, tempo para atividades produtivas, capacitação profissional e outros fatores cruciais para o seu desenvolvimento integral (Lima, 2018). Apesar dos avanços conquistados pelas mulheres em diversas áreas ao longo das últimas décadas, a desigualdade entre homens e mulheres permanece significativa. Este estudo destaca dois eixos principais: o cotidiano das mulheres e o direito à moradia digna, evidenciando como a negação deste direito afeta diretamente a vida diária das mulheres. A moradia, portanto, deve ser vista não apenas como um espaço de descanso, mas como um local central para as atividades cotidianas e o desenvolvimento humano.

O direito à moradia, entendido de forma ampla, abrange aspectos como a habitabilidade, que serve de indicador para o desenvolvimento humano. Contudo, estabelecer critérios mínimos para medir a habitabilidade ainda representa um desafio, já que problemas como a ocupação de áreas de risco ou as condições precárias das construções frequentemente não são identificados ou priorizados. Além disso, é necessário considerar fatores como a irregularidade na posse de terrenos, já que muitos moradores não têm conhecimento da situação jurídica de suas propriedades (Miranda, 2005).

A pesquisa tomou como objeto de estudo a comunidade Aratu, localizada em João Pessoa, Paraíba, classificada pelo IBGE como uma favela ou comunidade urbana (Censo, 2022). Trata-se de uma área de ocupação irregular marcada pela carência de serviços públicos essenciais e pela localização em zonas inadequadas para habitação. O CNEFE (Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos) identificou em 2024 o total de 1647 domicílios, entre ocupados e não ocupados e 3605 moradores na comunidade. O estudo reconhece a importância de dar visibilidade às necessidades específicas das mulheres em comunidades populares, que ainda enfrentam silenciamento e opressão. A escolha da comunidade Aratu foi motivada por suas condições de vulnerabilidade e pela presença de uma liderança comunitária feminina engajada na luta pelo direito à moradia e direito à cidade.

O objetivo do artigo é compreender de que forma a violação do direito à moradia, especialmente no que diz respeito à infraestrutura, impacta o cotidiano das mulheres da comunidade Aratu. Dessa forma, buscou-se evidenciar a relação entre as condições habitacionais e as vivências das mulheres em um contexto de precariedade.

ESTRUTURAÇÃO DE UM PROCESSO PARTICIPATIVO

A revisão da literatura foi uma etapa crucial para contextualizar o tema, considerando que a relação entre gênero e o direito à moradia ainda é pouco investigada. Foram realizadas leituras que ajudaram a estruturar a abordagem sobre precariedade habitacional, direito à moradia e acesso à cidade sob a ótica de gênero.

O ponto central desta pesquisa foi a adoção de uma metodologia participativa, implementada por meio de oficinas realizadas no clube de mães, a única organização formada exclusivamente por mulheres na comunidade. As oficinas permitiram uma aproximação maior com as moradoras, possibilitando a caracterização do território tanto em seus aspectos físicos quanto sociais. Esse processo buscou construir uma visão mais humanizada do espaço, baseada nas percepções e necessidades das mulheres que ali vivem, destacando elementos não identificados em mapeamentos georreferenciados.

As delimitações territoriais obtidas por meio de georreferenciamento, com base em dados disponibilizados por fontes institucionais, nem sempre refletem com precisão as fronteiras reais percebidas pelas comunidades. Isso ocorre porque a maioria dessas informações, geralmente de origem governamental, considera principalmente aspectos morfológicos e não é frequentemente atualizada. Por outro lado, a delimitação feita pelos próprios moradores da comunidade incorpora o sentimento de pertencimento, construído ao longo dos anos, que vai além dos limites físicos e envolve identidade social e mecanismos de proteção que promovem acolhimento e integração. Na metodologia adotada para esta pesquisa, foram realizadas oficinas com o uso de uma maquete física. Inicialmente, foram destacados os pontos nodais e os marcos da região para facilitar o reconhecimento do território. Em seguida, as moradoras foram convidadas a demarcar, com base em suas próprias percepções, os limites do que consideram ser a área de Aratu. Essa abordagem valorizou suas compreensões de espaço e a vivência cotidiana no local.

É importante destacar que o roteiro utilizado nas oficinas serviu apenas como um guia, sem restringir a liberdade das participantes. O objetivo principal foi criar um ambiente acolhedor e confortável, onde as mulheres pudessem relatar suas experiências e contribuir de forma genuína para a compreensão do território.

A última etapa da metodologia consistiu na aplicação de entrevistas semiestruturadas com as moradoras, também realizadas no clube de mães. Essas entrevistas complementaram as análises realizadas durante as oficinas participativas, proporcionando uma compreensão mais aprofundada sobre a formação da comunidade a partir da perspectiva feminina. O objetivo foi investigar como as condições habitacionais afetam o cotidiano das mulheres e identificar as estratégias que elas desenvolvem para lidar com as carências detectadas. Os temas abordados incluíram as condições das moradias, infraestrutura local, serviços disponíveis, equipamentos públicos e espaços de lazer e percepções de gênero em suas realidades.

O DIREITO DAS MULHERES A UMA MORADIA DIGNA E ADEQUADA

Compreender os efeitos da discriminação e desigualdade no direito das mulheres à moradia exige reconhecer que uma habitação adequada vai muito além de simplesmente oferecer um teto. É preciso que a moradia seja habitável, garantindo proteção contra fatores que coloquem em risco a saúde e a segurança, como frio, calor, umidade ou deslizamentos, além de ser compatível com as necessidades e o número de moradores. Dado que a desigualdade de gênero permeia todas as esferas da vida, a violação desse direito afeta as mulheres de forma particular, gerando consequências que nem sempre impactam os homens da mesma maneira.

Em 2002, o relatório da Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU, elaborado por Miloon Kothari, discutiu os impactos da globalização e as desigualdades de gênero no acesso à moradia. Foram definidos critérios essenciais para a promoção de uma moradia adequada, que devem ser considerados em políticas habitacionais: segurança da posse; acesso a serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; custo acessível; habitabilidade; não discriminação e prioridade para grupos vulneráveis; localização apropriada; e adequação cultural (Neto, 2018).

No Brasil, em 2019, as mulheres representavam 60% do déficit habitacional, vivendo em condições inadequadas. Muitas vezes, a sobrecarga do trabalho produtivo e reprodutivo limita a capacidade de arcar com os custos de moradia. Além disso, a cultura de registrar propriedades em nome dos homens perpetua a dependência das mulheres em relação a familiares ou terceiros (Lacerda, 2021). Essa desigualdade reflete estruturas de dominação: enquanto os homens veem a terra como mercadoria, as mulheres enxergam nela uma forma de garantir a segurança de suas famílias. Santoro (2008) destaca que priorizar as mulheres na titularidade fundiária pode fortalecer a permanência nas áreas ocupadas, promovendo estabilidade e cumprindo a função social da propriedade.

A análise da feminização do déficit habitacional também revela a interseção com a violência doméstica. A falta de acesso à moradia muitas vezes impede que mulheres rompam vínculos com agressores. Mesmo entre aquelas que possuem renda própria, a separação frequentemente acarreta uma redução significativa de recursos, impactando principalmente as mulheres, que geralmente ficam com a responsabilidade pelos filhos (Lima, 2018). Muitas mulheres suportam relacionamentos abusivos para manter um teto sobre suas cabeças ou assegurar a herança para os filhos. A UN-HABITAT (2009) aponta que a violência doméstica é uma das principais causas de desabrigo para mulheres e crianças, agravada pela ausência de políticas públicas eficazes, como a escassez de casas-abrigo no Brasil.

Ludermir (2021) ressalta que a relação entre violência doméstica e déficit habitacional é um problema urbano invisibilizado, que afeta uma em cada quatro mulheres na América Latina. A falta de moradia adequada muitas vezes força as mulheres a buscar abrigo temporário com familiares ou a assumir custos de aluguel que não conseguem pagar

(Lacerda, 2021). O ciclo de violência é agravado pela falta de compreensão social e pela insuficiência de abrigos e políticas específicas para mulheres em risco.

Para construir cidades mais justas e igualitárias, é essencial discutir temas como a desigualdade de gênero na produção do espaço urbano. Santoro (2008) destaca a importância de incorporar um olhar de gênero ao planejamento urbano, que historicamente negligenciou essas questões. Essa perspectiva permite dar voz a grupos marginalizados, trabalhar as relações entre o espaço público e privado e reconhecer a diversidade cultural como elemento central no planejamento territorial.

As relações desiguais de poder entre homens e mulheres também influenciam decisões políticas e orçamentárias, refletindo a hegemonia de uma ordem simbólica que molda o espaço urbano e define os conceitos de equilíbrio social (Bello & Beleza, 2019; Levi, 2012). É fundamental desconstruir essa visão e promover uma nova sensibilidade no planejamento das cidades, com foco na equidade e na inclusão.

ARATU: UM TERRITÓRIO DE LUTA FEMININA

A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE E AS PERSPECTIVAS SOBRE O TERRITÓRIO

Nas entrevistas, nenhuma das moradoras conseguiu relatar com exatidão como se deu o processo de formação do assentamento. De acordo com uma das entrevistadas, a origem da comunidade está ligada à ocupação de famílias que frequentavam a região para visitar parentes em uma penitenciária próxima, aproximadamente 23 anos atrás. Vale notar que todas as entrevistadas vivem na comunidade há menos de dez anos. Quando perguntada sobre como era a comunidade quando ela chegou e as maiores diferenças encontradas atualmente, Joana¹ relatou:

“A rua que eu moro mal tinha casa, eram mais os terrenos divididos, parecia um sítio mesmo, casinha de interior, sem poste, sem iluminação, era bem precária a situação. Hoje em dia temos energia, que a energisa passou, temos iluminação pública, a energia a gente paga então não é mais os cabos que a gente puxava energia clandestina e acontecia da gente perder muito eletrodomésticos porque queimava por causa das quedas de energia, ficávamos muito tempo sem energia, aí as coisas na geladeira estragava. Já perdi ventilador, televisão, geladeira, tudo nesse processo das quedas de energia, porque a energia não era regularizada. Com o passar do desenvolvimento da comunidade a gente começou a ter um pouco mais de atendimento melhor na UBS, porque eles começaram a cobrir essa área porque era uma dificuldade muito grande no início pra gente ser atendido, melhorou também a questão da coleta de lixo que não tinha e hoje tem, então melhorou bastante essa situação assim.” (Joana, moradora da comunidade Aratu, em entrevista no dia 29 de agosto de 2023)

A comunidade de Aratu é amplamente reconhecida na cidade por sua intensa participação política e engajamento nas lutas por direitos à moradia e à cidade. Grande parte das conquistas recentes identificadas pelas moradoras está diretamente ligada a essa articulação, mesmo que muitas delas não percebam sua própria contribuição nesse processo. O que mais chamou atenção na comunidade foi a força do clube de mães, que lidera e sustenta diversas ações locais. Esses clubes não apenas promovem acolhimento, mas também

funcionam como espaços onde mulheres compartilham experiências e oferecem apoio mútuo. Eles desempenham um papel essencial na formação e cuidado, preenchendo lacunas que deveriam ser supridas por políticas públicas.

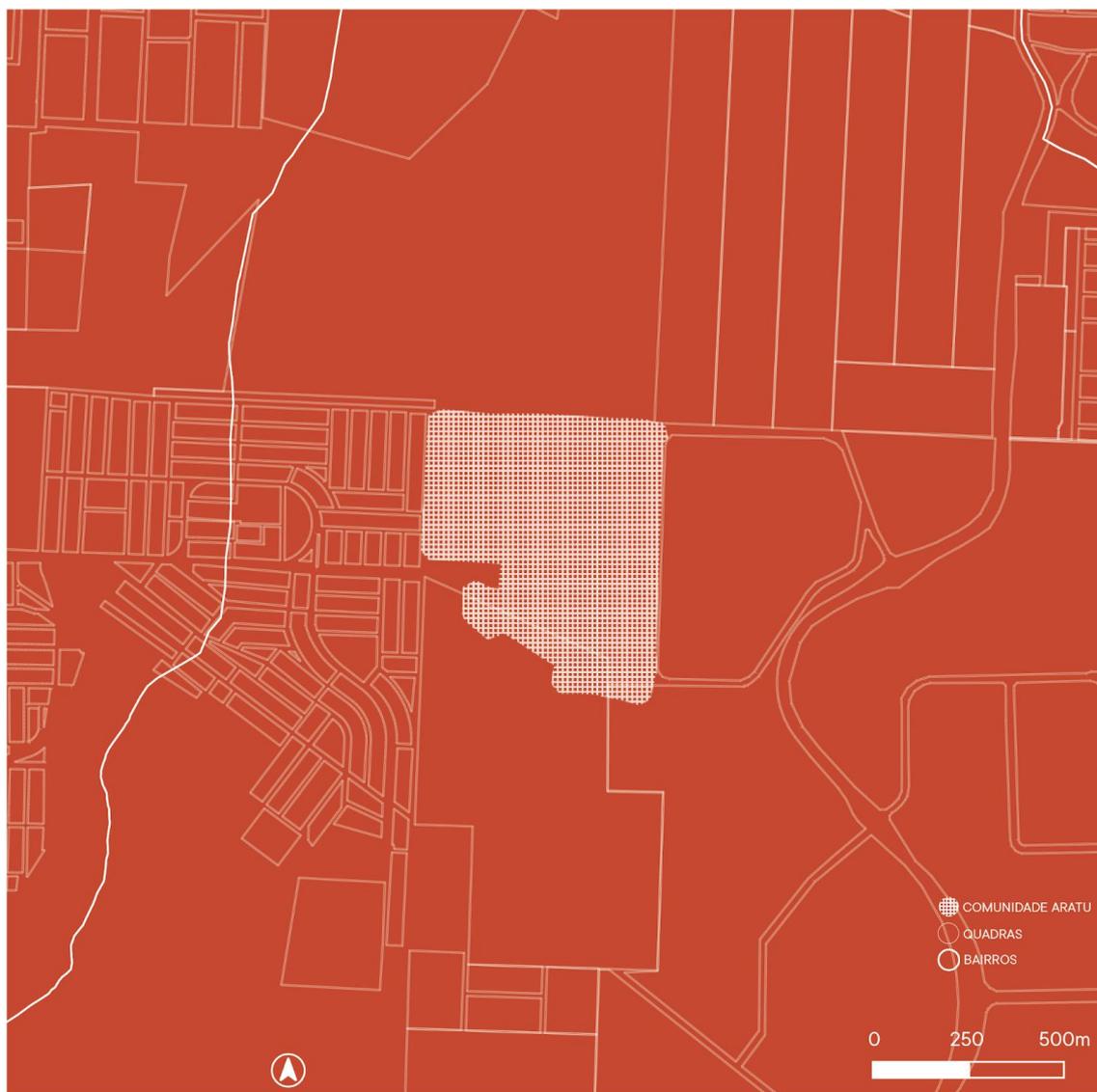
A ausência de políticas efetivas voltadas para essas mulheres, em sua maioria mães, levou à criação desses grupos como resposta às demandas locais. Eles se tornaram ferramentas fundamentais para a valorização feminina por meio de atividades coletivas, ajudando-as a reivindicar direitos junto às autoridades públicas. Assim, buscam melhorias para a comunidade, como acesso a serviços de educação e saúde (Saraiva, 2016). Em Aratu, os clubes de mães surgiram como uma resposta solidária às dificuldades enfrentadas pelas moradoras, sendo uma força transformadora no território. Eles não apenas atenuam as deficiências estruturais, mas também fortalecem os laços comunitários, promovendo empoderamento e colaborando para superar desafios coletivamente.

Durante conversas com as moradoras, algumas destacaram que parte do recente crescimento da comunidade está ligada à chegada de famílias provenientes de Dubai, uma ocupação no bairro Mangabeira, próxima ao Costa do Sol. Em novembro de 2021, mais de 400 famílias foram despejadas do local sob alegações de crimes ambientais e domínio do tráfico de drogas na área. Muitas dessas famílias migraram para Aratu devido à proximidade, e as moradoras consideram que Dubai foi "incorporada" à comunidade, resultando em um aumento significativo da população nos últimos dois anos. A prefeitura cadastrou algumas dessas famílias para auxílio-aluguel, mas apenas em 2023 foram anunciadas obras de um conjunto habitacional no bairro Gramame, que incluirá escola, creche, horta e equipamentos para idosos e crianças.

A compreensão da história recente de Aratu também requer o reconhecimento das percepções das moradoras sobre os limites da comunidade, que se expandiu ao longo dos anos. Em 15 de junho de 2023, foi realizada uma oficina de mapeamento colaborativo com o objetivo de identificar, junto às moradoras, os limites reconhecidos da comunidade e sua relação com o entorno. Para isso, utilizou-se uma maquete simplificada, incluindo curvas de nível, imagens de satélite, ruas e o corpo d'água da região.

A área representada na maquete foi ampliada em relação à delimitação do IBGE de 2019 (Cartograma 01), permitindo que as moradoras definissem o território com base em suas vivências. Foi explicado como a maquete estava organizada, com pontos de referência como o Clube de Mães, e o objetivo de traçar os limites do espaço. A delimitação foi feita com uma linha vermelha, visualizada e ajustada pelas participantes durante o processo, como ilustrado na Fotografia 01. O resultado, apresentado no Cartograma 02, mostrou uma comunidade significativamente maior do que o delineado pelo IBGE em 2019, evidenciando o crescimento das áreas periféricas ao longo dos anos e a relevância do sentimento de pertencimento como parte da identidade social.

Cartograma 01: Delimitação da Comunidade Aratu de acordo com o IBGE 2019



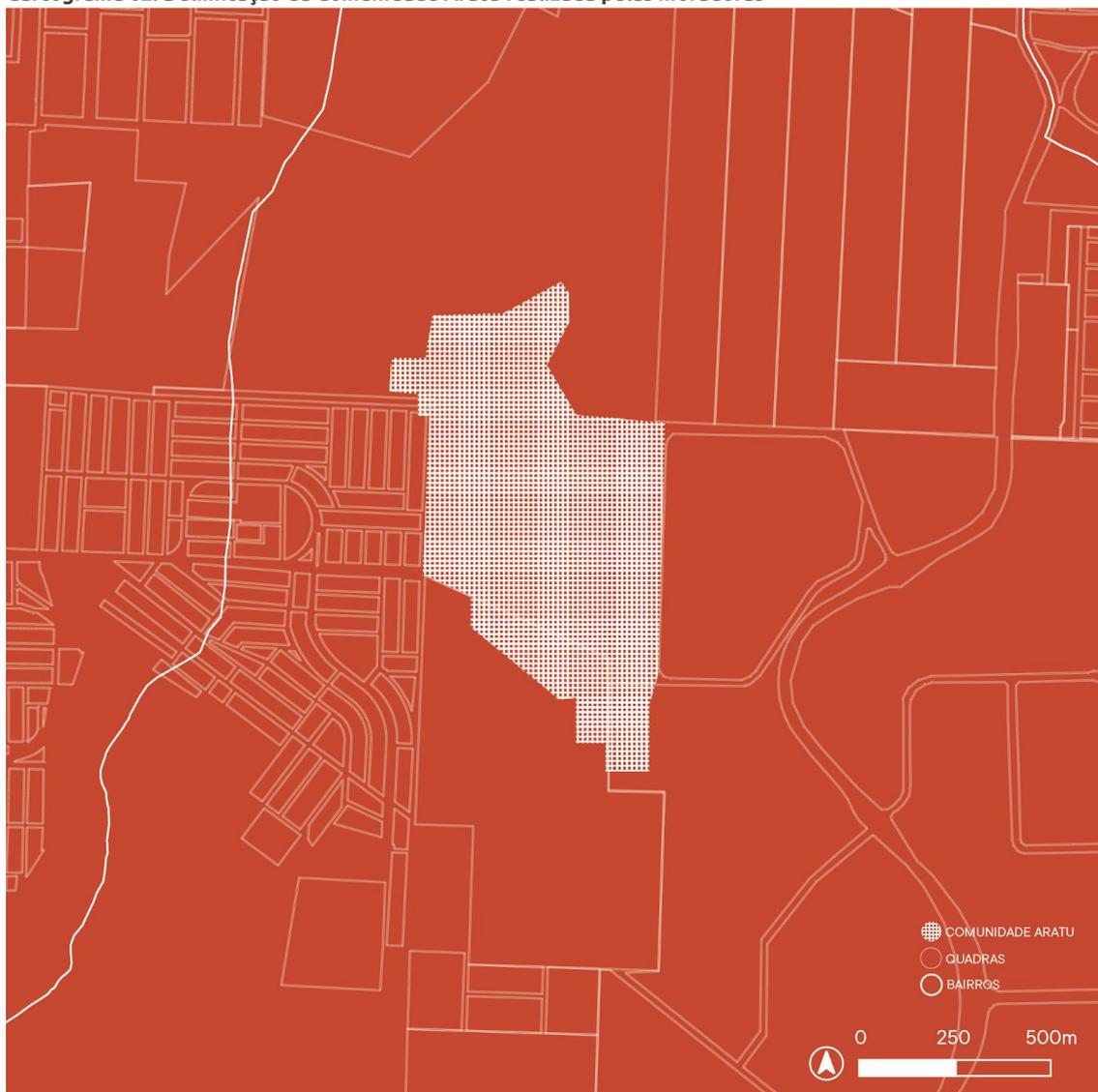
Fonte: IBGE (2019), PMJP, elaborado pela autora (2023)

Fotografia 01: Processo de delimitação da Comunidade Aratu durante a oficina



Fonte: Carolina Tsuyuguchi (2023)

Cartograma 02: Delimitação da Comunidade Aratu realizada pelas moradoras



Fonte: elaborado pela autora (2023)

A CARACTERIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA PELO OLHAR DAS MORADORAS

O acesso à moradia adequada deve incluir a conexão com redes de água, saneamento básico, gás e energia elétrica. Contudo, a simples presença dessas infraestruturas não basta. Conforme a cartilha *'Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?'* (Rolnik, 2011), é indispensável que esses serviços funcionem plenamente, pois sua ausência impacta diretamente o direito das mulheres à moradia digna. As mulheres são particularmente afetadas, já que costumam dedicar mais tempo às tarefas domésticas. A falta desses serviços essenciais não apenas sobrecarrega fisicamente, mas também reduz o tempo disponível para outras atividades.

A análise realizada para compreender essas questões combinou três fontes de dados. A primeira foi composta por informações de fontes governamentais, como o Relatório Síntese do Diagnóstico Técnico e Comunitário, produzido pela Prefeitura de João Pessoa em outubro

de 2021, durante a fase II da revisão do Plano Diretor da cidade. Esse relatório apresenta os dados mais atualizados sobre infraestrutura urbana municipal, complementados por informações do IBGE e do INEP. A segunda fonte foi uma oficina de mapeamento colaborativo, que contou com a participação de cerca de 20 moradoras. Por fim, a terceira foi composta por entrevistas realizadas com quatro moradoras em 29 de agosto de 2023.

Durante a oficina, foram utilizadas etiquetas relacionadas a variáveis de risco e vulnerabilidade para que as participantes identificassem problemas na comunidade (conforme mostrado na Fotografia 02). As etiquetas apresentavam as seguintes descrições: i) falta de água, ii) ausência de esgotamento sanitário, iii) episódios de alagamento, iv) falta de iluminação, v) ruas sem pavimentação, vi) ausência de ponto de ônibus, vii) inexistência de coleta de lixo e viii) ocorrências de deslizamento. Além disso, etiquetas de cores diferentes foram disponibilizadas para que as participantes indicassem locais onde gostariam que fossem instalados equipamentos públicos, como UBS ou postos de saúde, escolas ou creches, e áreas de lazer, já que relataram a ausência desses serviços na comunidade. Todo o processo foi documentado por meio de fotos e gravações de áudio, realizadas com o consentimento das participantes e com o apoio de Carolina Tsuyuguchi, pesquisadora do INCT Observatório das Metrôpoles - núcleo Paraíba.

Fotografia 02: Espacialização das etiquetas com as variáveis de vulnerabilidade e precariedade



Fonte: Carolina Tsuyuguchi (2023)

OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

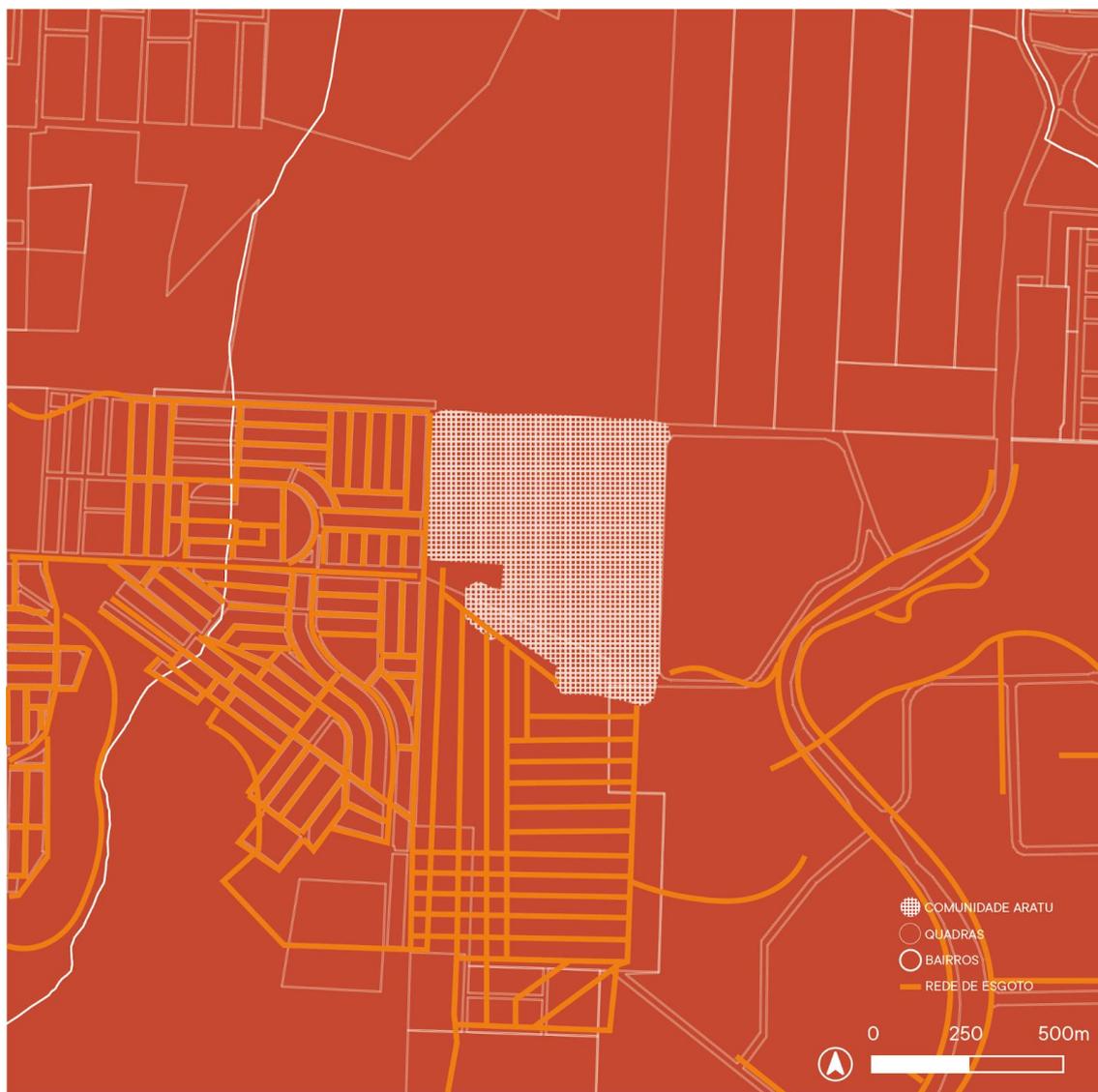
Os serviços de fornecimento de água potável em João Pessoa são realizados pela CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba), que é responsável pela captação, tratamento e distribuição da água, além da coleta e tratamento do esgoto.

O cartograma 03 apresenta um resumo do mapa da infraestrutura de água e esgoto de João Pessoa, elaborado para a revisão do plano diretor, com um recorte de 1km ao redor da Comunidade Aratu. É evidente que a comunidade não possui rede de esgoto, ao contrário das áreas vizinhas. Esse fato foi confirmado pelas moradoras durante as entrevistas. Sem acesso ao sistema de esgoto, a comunidade construiu fossas, presentes em todas as casas. Quando perguntadas sobre as dificuldades decorrentes da falta de esgoto, todas as moradoras afirmaram que as fossas foram "*bem feitas*" e "*funcionam bem*", tornando a ausência do esgoto quase irrelevante para elas.

De maneira semelhante à construção das fossas, o abastecimento de água também foi improvisado pela comunidade. As moradoras informaram que os canos da CAGEPA só chegam até a Avenida Jatobá, que delimita a comunidade a oeste. Como alternativa, os moradores puxaram canos da avenida para suas casas. Quando questionada sobre a escassez de água, uma moradora relatou: "*... não tem força, os canos são pequenos para tantas casas*", o que dificulta o fornecimento conforme a distância da Avenida Jatobá. Algumas ruas, como a Rua Vista Alegre, Rua das Crianças, Rua Leão de Judá e Rua Milton Calisto da Silva, têm falta de água frequente.

Ao perguntarem como esse abastecimento irregular afeta o cotidiano, Joana respondeu: "*Se a gente não juntar água, tem dia que não tem água pra tomar banho, não tem água pra cozinhar, então é necessário juntar água, sempre tem que ter balde cheio*". Silvia comentou: "*Como a gente não é a CAGEPA, que avisa quando vai faltar água, a gente fica sem saber e, se não tiver água armazenada, passa o dia todo sem água, sem poder tomar banho, cozinhar, tudo fica difícil*".

Cartograma 03: Rede de abastecimento de esgoto da Comunidade Aratu e seu entorno



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), elaborado pela autora (2023)

A DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

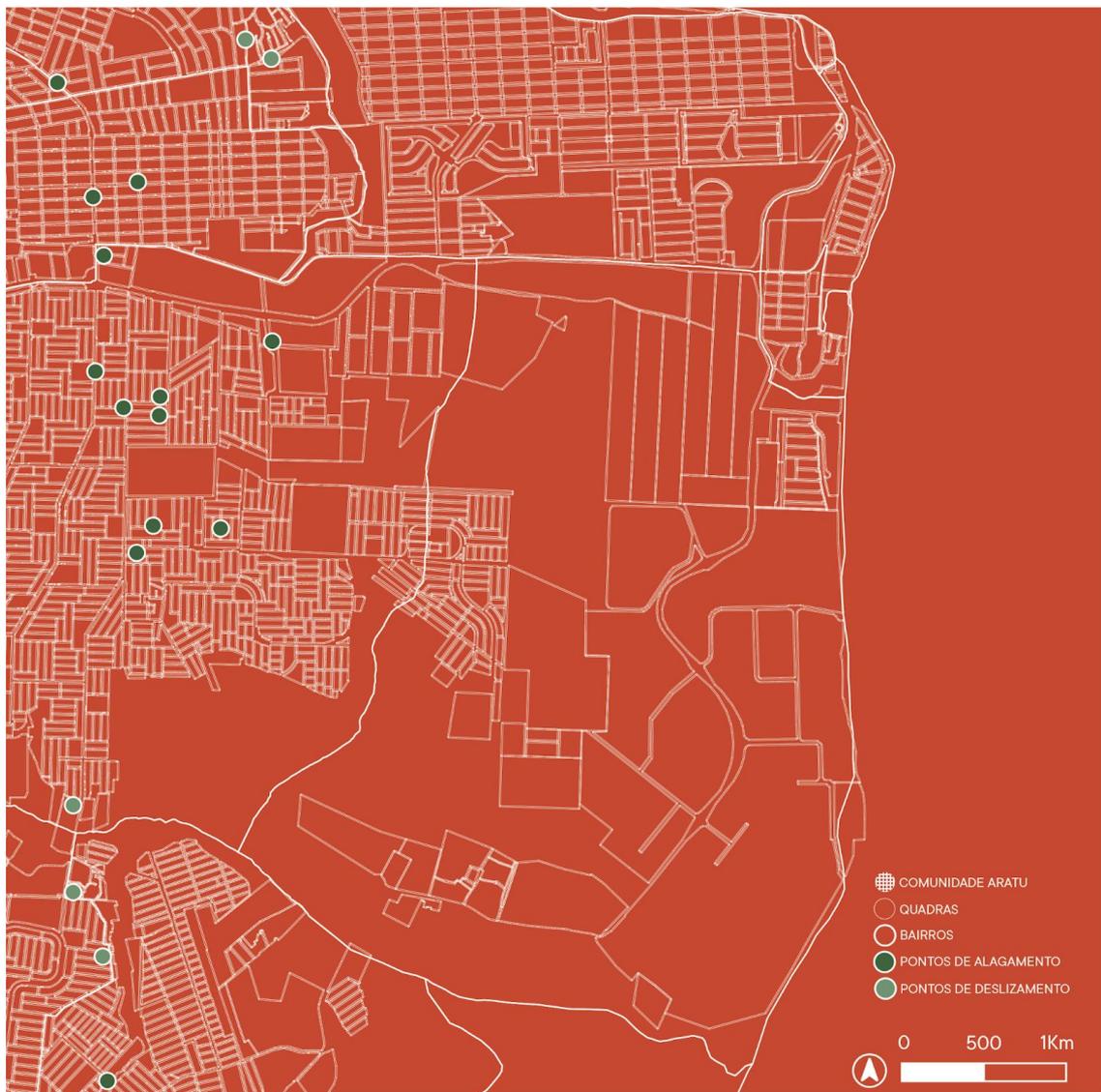
A gestão da drenagem e do manejo das águas pluviais urbanas em João Pessoa é responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINFRA). A falta de manutenção ou a ausência de sistemas de drenagem, como é comum nas falésias da cidade, pode agravar problemas de erosão e deslizamentos. Entre os problemas identificados na cidade estão a ocupação inadequada de áreas de planícies fluviais e leitos de rios, bueiros com diâmetros insuficientes e a proliferação de vegetação nas calhas dos rios, o que pode causar inundações, entre outros.

Na Comunidade Aratu e em sua área imediata, não foram encontrados problemas desse tipo. Esses dados coincidem com os estudos da Defesa Civil Municipal, que também não apontaram qualquer risco de deslizamento, alagamento ou inundação em áreas identificadas como de risco, conforme o mapeamento do CPRM de 2019. O cartograma 04

ilustra esses dados. No entorno de 1km da comunidade, não foram encontradas áreas de risco ou outros problemas. No entanto, ao expandir a análise para um raio de 3km, como foi feito para este cartograma, foi possível identificar pontos suscetíveis a deslizamentos e alagamentos. Vale destacar que a cidade de João Pessoa se desenvolveu ao longo de dois rios, o Sanhauá e o Jaguaribe, o que contribui para uma dinâmica de inundações em suas planícies e processos erosivos.

Quando questionadas sobre os episódios de alagamento, as moradoras explicaram que as inundações acontecem principalmente pela falta de pavimentação nas ruas, o que resulta no acúmulo de água devido ao surgimento de buracos. As ruas mencionadas com registros de alagamento foram: Rua Praia do Aratu, Rua Cirilo de Paiva, Rua Boa Esperança e Rua Silvia de Andrade. Não houve relatos de deslizamentos de terra na comunidade.

Cartograma 04: Pontos de alagamento e deslizamento no entorno da Comunidade Aratu



Fonte: Defesa Civil Municipal de João Pessoa, elaborado pela autora (2023)

A COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A PROVISÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Segundo o diagnóstico da revisão do plano diretor, a Comunidade Aratu e grande parte de sua área circundante pertencem ao lote 1, que é gerido pela empresa SP Soluções Ambientais. O principal desafio identificado na cidade no que se refere à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos é a coleta seletiva de materiais recicláveis.

Na Comunidade Aratu, a coleta de lixo ocorre três vezes por semana, e as moradoras entrevistadas consideram essa frequência adequada. Em vez de um caminhão de lixo, uma moto com um reboque passa para recolher o lixo de todas as ruas. Não há pontos de coleta seletiva nem qualquer iniciativa voltada para a separação e reciclagem de resíduos na comunidade.

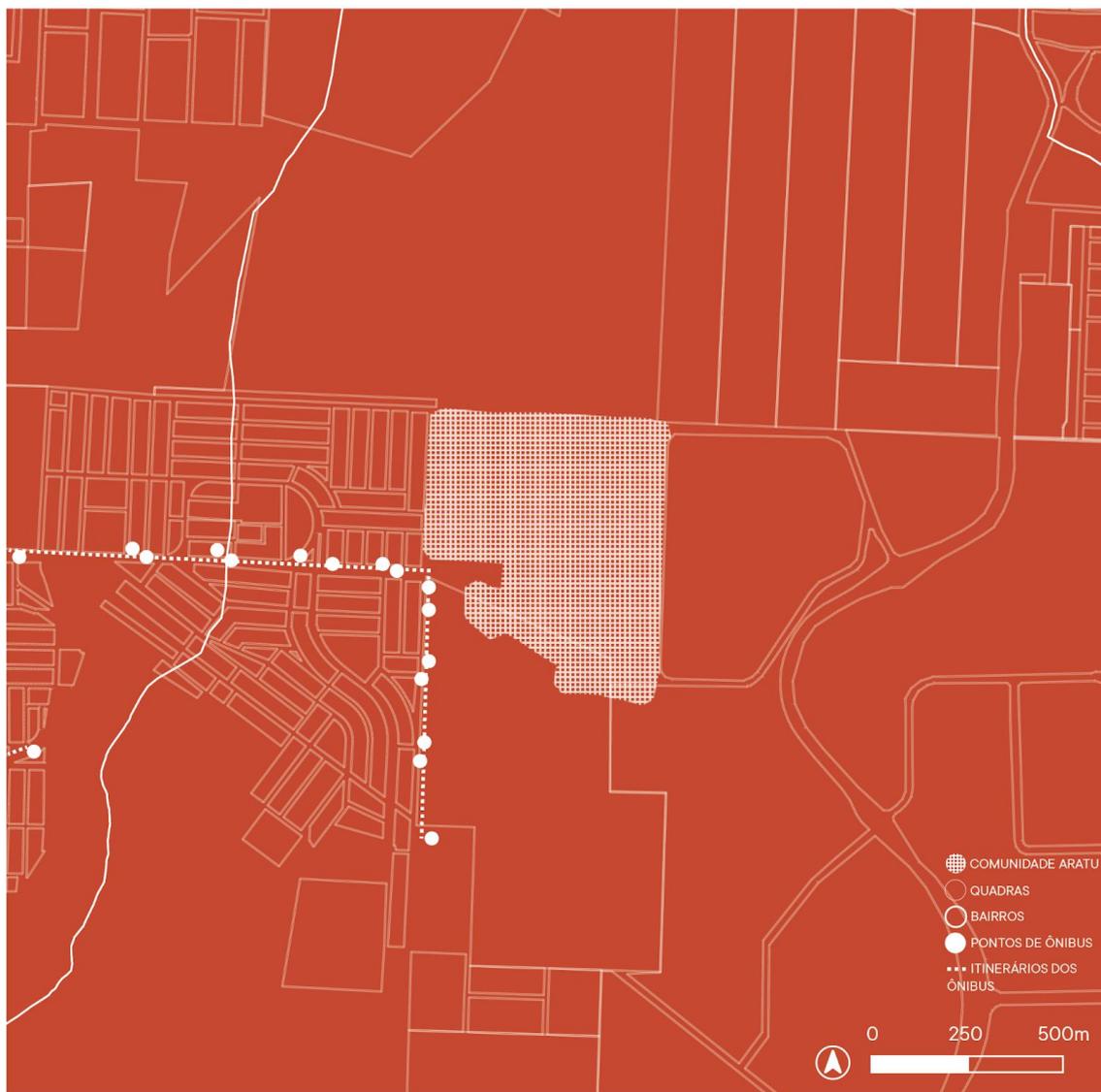
Não foi possível obter informações oficiais sobre o fornecimento de energia elétrica na comunidade. No entanto, as moradoras relataram que a eletrificação da área é recente, ocorrendo há aproximadamente seis anos. Atualmente, a maioria das casas é atendida pela ENERGISA, mas as ruas localizadas após a Avenida Brasil enfrentam problemas com a falta de fornecimento de energia elétrica. Foi mencionado que toda a iluminação pública e das residências nessas áreas é feita de forma clandestina. *"A iluminação clandestina nem era como a nossa antes... os cabos eram puxados da principal, que é a Avenida Jatobá, e postes de madeira foram instalados para esticar os cabos, e de cada cabo, cada casa puxava a sua energia"*, contou uma moradora. Elas também relataram que nas demais ruas da comunidade, os postes de energia elétrica funcionam de maneira regular.

O TRANSPORTE E MOBILIDADE

Dentro da comunidade, não foi encontrada nenhuma parada de ônibus, como ilustrado no cartograma 05, um fato confirmado pelas moradoras durante os encontros. Contudo, ao analisar a área em um raio de 1km, foi possível identificar quatro rotas de transporte público: 517 (Mangabeira - Cidade Verde - Epitácio), 302 (Cidade Verde), 5603 (Mangabeira VII) e 0229 (Mangabeira VII - Rangel), todas com itinerários nos dois sentidos. O alcance dessas linhas é limitado, e, para circular plenamente pela cidade, os moradores precisam utilizar paradas alternativas ou fazer integrações, que nem sempre estão no trajeto.

As moradoras relataram dificuldades significativas para sair da comunidade com toda a família, especialmente para destinos mais distantes que não envolvem atividades essenciais. Para elas, a combinação de transporte público insuficiente, condições financeiras limitadas e a distância de centros comerciais e outros pontos importantes as impede de aproveitar oportunidades de lazer fora de suas casas ou ruas. Joana mencionou que realiza atividades de lazer com pouca frequência porque *"como tudo é longe, tem que pagar transporte, somos cinco, então o gasto é maior"*.

Cartograma 05: Pontos e itinerários dos ônibus no entorno da Comunidade Aratu



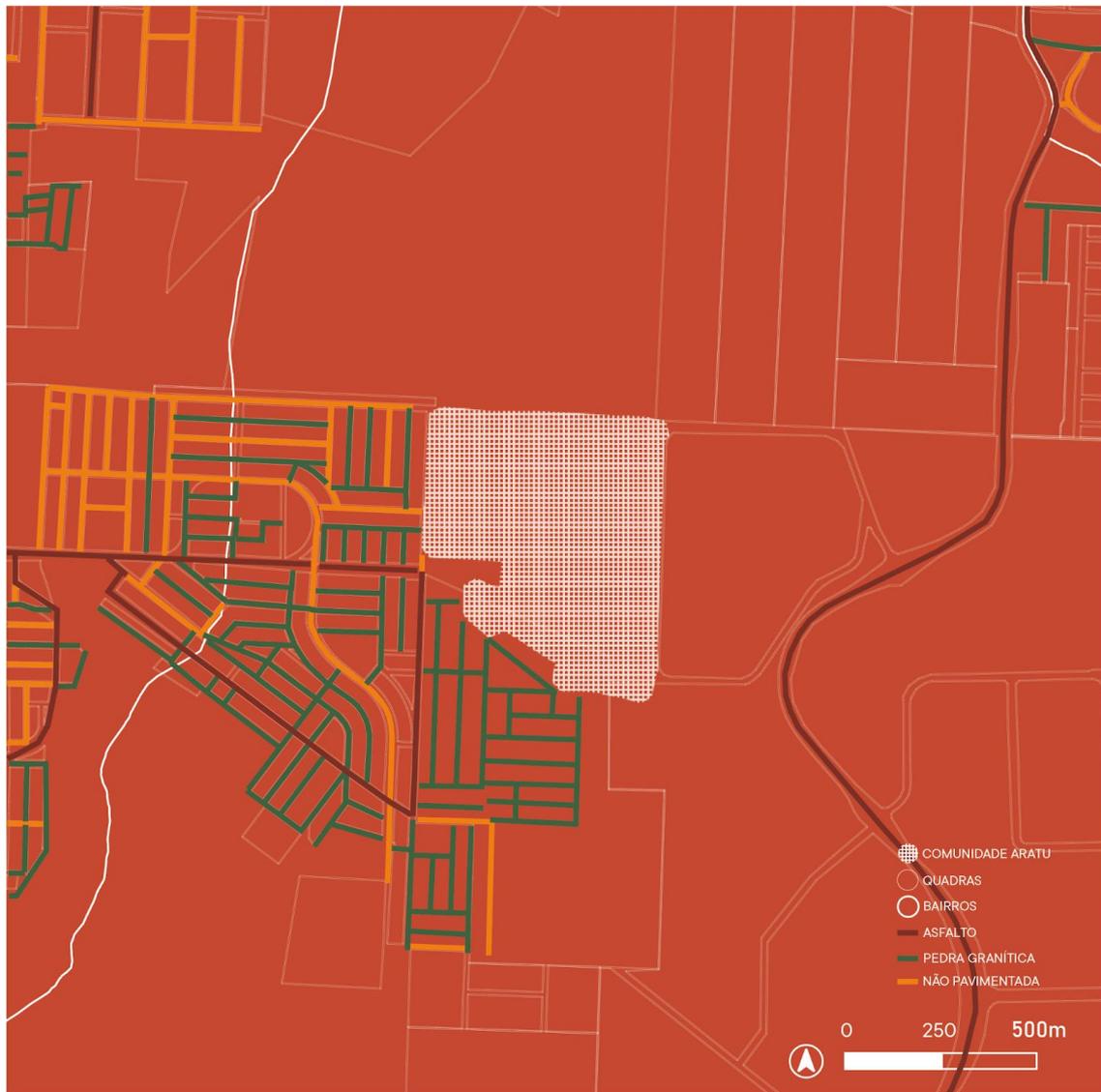
Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, elaborado pela autora (2023)

A PAVIMENTAÇÃO VIÁRIA

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, não há nenhum tipo de pavimentação nas ruas da comunidade (Cartograma 06). Durante os encontros, as moradoras confirmaram que todas as ruas de Aratu são de terra batida. Um aspecto preocupante mencionado pelas moradoras é que, devido às condições das ruas — sem pavimentação, cheias de buracos, estreitas e frequentemente alagadas — as ambulâncias demoram a chegar ou não conseguem entrar na comunidade. "*No dia em que o bebezinho dela faleceu, tentaram chamar o SAMU... não vem, demora, a sorte, quer dizer, parte da sorte, é que o vizinho levou*", relatou uma moradora. O mesmo ocorre com outros meios de transporte alternativos, como o Uber. Carla comentou que, devido aos buracos nas ruas, "é horrível para andar, corre o risco de cair, eu já caí nos buracos". Silvia acrescentou: "*Quando chove, fica cheia*".

de poças de lama, atrapalha a gente de sair com as crianças, e a gente mesmo se locomover, e tem o risco de tudo, né, doenças, ter que passar pela lama".

Cartograma 06: Pavimentação viária do entorno da Comunidade Aratu



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, elaborado pela autora (2023)

A OFERTA DE EQUIPAMENTOS E O COTIDIANO FEMININO

É fundamental garantir a presença de equipamentos urbanos de qualidade para assegurar os direitos à cidade e à moradia. A necessidade de equipamentos busca proporcionar às mulheres condições para trabalhar e participar ativamente da vida comunitária, atendendo suas demandas domésticas por meio de serviços públicos e comunitários (Santoro, 2008). Para essa análise, foi considerado um raio de 1km ao redor da comunidade, levando em conta a facilidade de caminhada. Isso porque, para atender plenamente às necessidades diárias, é crucial que os equipamentos e serviços estejam

próximos às residências. De acordo com Levi (2012), essa proximidade reduz o tempo de deslocamento, melhora a acessibilidade física e contribui para a segurança da área urbana.

As moradoras relataram a ausência de equipamentos educacionais na comunidade. Observou-se que as frequentadoras do clube de mães têm filhos que frequentam escolas e creches, e, como uma delas mencionou, "*é um pouco cansativo (ir a pé), tem que ir levar, tem que ir buscar, então é uma jornada dupla*". Para elas, o tempo gasto com esse tipo de deslocamento poderia ser melhor aproveitado em outras atividades individuais. Foi identificado um posto de saúde dentro do bairro, mas a caminhada até a Unidade de Saúde da Família (USF) leva mais de 10 minutos. Como esse é o único meio de transporte disponível, uma das moradoras acredita que essa distância prejudica sua rotina diária, pois "*como tudo é por ordem de chegada, acaba tendo que sair mais cedo de casa para pegar a ficha, porque se não, não consegue atendimento... tem que ter disposição para passar o dia lá*".

Na comunidade, não há praças ou parques. Uma das moradoras comentou: "*Seria muito bom ter uma área para as crianças brincarem, para a gente dar uma passeada, aquelas áreas com equipamentos públicos, porque nem todo mundo tem condições de pagar academia*". Ela também mencionou que realiza poucas atividades de lazer porque "*como tudo é longe, tem que pagar transporte, somos cinco, então o gasto é maior*". A distância dos equipamentos de lazer faz com que elas precisem buscar alternativas dentro de suas possibilidades: "*A gente toma banho de mangueira, compra um geladinho com meu marido e toma em casa*".

PERCEPÇÕES DE GÊNERO

O conceito moderno de gênero nas Ciências Sociais destaca a construção social das identidades femininas e masculinas, onde as diferenças biológicas são transformadas em normas sociais (Caliò, 1997). Simone de Beauvoir afirma que "ninguém nasce mulher, torna-se mulher", sugerindo que o papel da mulher na sociedade é socialmente construído, sem ser determinado por fatores biológicos ou psíquicos (Beauvoir, 1949). Ela argumenta que a sociedade construiu o masculino como absoluto, posicionando o feminino como a diferenciação do "um", com o masculino associado a atributos como racionalidade e independência, enquanto o feminino é visto como passivo e dependente. No entanto, para as mulheres negras, esses atributos da feminilidade oferecem benefícios limitados (Davis, 2016).

O gênero também é uma categoria histórica que, ao ser investigada, revela como os símbolos culturais e aparelhos semióticos estruturam as relações sociais (Saffioti, 2015). A maioria das mulheres internaliza ideologias dominantes de gênero, que as posicionam como inferiores, raramente questionando essa desigualdade (Saffioti, 2015).

A classe social é essencial para compreender a conexão das mulheres com o trabalho, especialmente para as mulheres das classes trabalhadoras, que sempre desempenharam papéis econômicos importantes, em contraste com as mulheres das elites (Saffioti, 2013). Angela Davis enfatiza que as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as mulheres brancas, apontando como classe e raça se interrelacionam (Davis, 2016). A classe

não se resume apenas à relação com os meios de produção, mas também envolve comportamentos e expectativas sociais (Hooks, 2019).

Com o surgimento do capitalismo, a função das mulheres na produção econômica foi desvalorizada, pois, à medida que as forças produtivas se desenvolveram, as mulheres foram progressivamente excluídas das funções produtivas (Saffioti, 2013). A separação entre o trabalho doméstico, que não gera lucro, e o trabalho capitalista resultou na subvalorização das tarefas domésticas, enquanto as mulheres ficaram relegadas à preservação da esfera familiar e à reprodução da espécie, como afirma Beauvoir, com seu papel sendo "manter e sustentar a vida" (Beauvoir, 1949).

Na comunidade Aratu, quando perguntadas sobre de quem é o dever de realizar serviços domésticos como cozinhar, varrer, passar pano e lavar roupa, dentro de uma casa e se elas gostam de realizar atividades domésticas, as moradoras responderam:

"...de todos que moram nela, com certeza, apesar que lá em casa eu tenho que botar quente pro negócio andar pra eu não fazer tudo só, porque senão cai tudo pras minhas costas. Eu gosto de cuidar da minha casa, só não gosto de lavar roupa, lavo porque é obrigação". (Joana, agosto de 2023)

"Aqui todo mundo faz, meu marido ontem foi pra máquina de lavar, foi tão emocionante, quase eu chorava (em tom de descontração)... é um trabalho muito árduo desses homens das antigas entender que precisa, os meus jovens eu estou criando ele com esse pensamento (...) eu tinha uma raiva quando minha mãe dizia "você que tem que fazer, você é a mulher da casa", chega subia um fogo (...) eu já entreguei pro universo, antigamente não gostava não, mas hoje em dia até gosto de ver tudo limpinho assim, é um prazer" (Sílvia, agosto de 2023)

"todo mundo, lá em casa o meu filho sabe cozinhar bem porque eu ensinei cedo pra ele ajudar a esposa quando casasse, a gente tem que ensinar os filhos... você é homem mas um dia vai ser um pai de família (...) eu amo, amo cozinhar, amo fazer tudo". (Carla, agosto de 2023)

A ideia de que as mulheres têm a obrigação de realizar atividades domésticas ainda persiste na sociedade. Federici (2019) argumenta que o trabalho doméstico, quando naturalizado e sexualizado, é visto como uma característica feminina, o que implica que todas as mulheres devem realizá-lo e até gostar disso. Ela afirma que "não há nada de natural em ser dona de casa", destacando que as mulheres têm sido forçadas a trabalhar de diversas formas. Desde que o "feminino" passou a ser associado ao papel de dona de casa, as mulheres carregam essa expectativa de "habilidades domésticas" ao longo de suas vidas.

Entendendo assim, que o papel de dona de casa tem sido imposto e naturalizado às mulheres por muitos anos e sabendo que as moradoras entrevistadas da comunidade Aratu afirmaram que atualmente não possuem nenhum trabalho fora de casa, foi questionado a elas, quais as maiores dificuldades em ser dona de casa.

"Não temos feriado, não temos folga, não recebemos salário, muitas das vezes não somos valorizadas, é triste você fazer com amor e geralmente não ter nem a recompensa financeira mas o obrigado, o valorizar, porque você chega você limpa aí o outro não dá valor que você limpou, você organizou, aí bagunça, suja, e simplesmente você abrir a boca e dizer "tô cansada" e a outra pessoa olhar pra você e dizer "do quê?". Eu já trabalhei fora durante muito tempo, de carteira assinada e tudo, mas eu vejo que pelo tempo que já trabalhei fora, em restaurante, em

casa de família, cuidando de criança, eu vejo que a dona de casa trabalha muito mais que uma pessoa assalariada porque ela tem hora pra entrar, hora pra sair, hora pra descanso e a dona de casa não tem hora pra entrar hora pra sair nem tem hora de descanso, é árduo o serviço de uma dona de casa.” (Joana, agosto de 2023)

“Ser dona de casa a gente passa a ser um objeto da casa, não tem direito a nada, porque você é um trabalho contínuo que tá realizando, nunca para, já acordo pensando o que é que tem que fazer.” (Silvia, agosto de 2023)

“Muitas vezes a gente vê faltar as coisas e não ter condições aí bate o desespero, a minha fé é o que me salva, o Senhor manda as coisas” (Carla, agosto de 2023)

“As vezes é o tempo, as vezes é muita coisa dentro de casa, você quer fazer um negócio daqui a pouco a hora se passou, nem tudo é prático”. (Adriana, agosto de 2023)

Silvia Federici (2019) afirma que o trabalho doméstico, embora muitas vezes descrito como uma expressão de amor, é, na verdade, um trabalho não remunerado, sendo uma das formas mais sutis de violência do capitalismo. Este tipo de trabalho foi naturalizado e reconfigurado como algo intrínseco à natureza feminina, com o capitalismo convencendo a sociedade de que as tarefas domésticas são inevitáveis e enriquecedoras. No entanto, esse trabalho é fundamental para a produção do que o mercado capitalista mais valoriza: a força de trabalho. Para Federici, a luta por salários para o trabalho doméstico é uma questão política que beneficia toda a classe trabalhadora.

Embora as mulheres geralmente assumam a responsabilidade pelas atividades domésticas, elas não são reconhecidas como "chefes da casa". Isso ocorre porque, em estruturas tradicionais como a da sociedade brasileira, o conceito de "casa" sempre foi associado a uma unidade econômica sob a autoridade do "pai de família", o principal provedor financeiro. No entanto, com a perda de poder do homem na classe trabalhadora, as mulheres acabam assumindo o controle da casa e do orçamento familiar, tornando-se, muitas vezes, as verdadeiras "chefes de casa" e até "chefes de família", especialmente em contextos de instabilidade conjugal e abandono por parte do homem.

Por fim, durante a entrevista, foi questionado às moradoras da Comunidade Aratu, quem elas acreditavam ser a autoridade máxima da casa (homem ou mulher) e quem era a autoridade máxima da casa delas.

“Rapaz, na verdade acredito que seja a mulher, porque o homem é o provedor, ele que trabalha e a maioria das vezes ele que provê, em questão na minha casa meu marido é o que mais provê, eu ajudo com meu benefício do bolsa família, mas se não é a gente que administra, o que vai pagar, o que vai pesar, a gente sabe o que precisa o que não precisa, então de certa forma a gente tem mais o controle da casa do que o homem, porque ele não passa o dia dentro de casa, nós passamos. Tudo quem tem que resolver sou eu, então pelo menos lá na minha casinha, lógico que eu me sento e converso com meu marido, a gente discorda e concorda como todo ser humano, mas geralmente é mais eu pra resolver tudo”. (Joana, agosto de 2023)

“Eu acho que é os dois, a maioria do dia sou eu que tô mais em casa, o marido tá mais a noite e final de semana, a maioria do tempo sou eu em casa, então eu acredito que sejam os dois, um não tira a autoridade do outro”. (Silvia, agosto de 2023)

“O esposo. Na minha casa ele é a autoridade mas eu também sou, os dois em conjunto, porque se um não combinar com o outro não vai dar certo, ele combina comigo e eu combino com ele”. (Carla, agosto de 2023)

“Às vezes o homem pensa que é ele né, mas creio eu que é a mulher”. (Adriana, agosto de 2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo aborda a interseção entre direito à moradia, gênero e justiça social, destacando como as disparidades no acesso à moradia afetam desproporcionalmente as mulheres. Além das dificuldades estruturais, como falta de infraestrutura e violência doméstica exacerbada pela precariedade habitacional, há uma demanda urgente de políticas inclusivas que reconheçam e atendam às necessidades específicas das mulheres. A comunidade Aratu exemplifica esses desafios, onde a falta de serviços básicos como água encanada e coleta de lixo impõe um fardo maior às mulheres, muitas das quais são responsáveis pelo cuidado da casa e da família. Apesar das adversidades, há um esforço coletivo visível, especialmente através de iniciativas como o Clube de Mães, onde as mulheres encontram suporte emocional e promovem mudanças locais.

Além dos desafios cotidianos enfrentados pelas mulheres em comunidades como Aratu, é crucial expandir o escopo de estudos para compreender melhor como essas questões se manifestam em diferentes contextos urbanos. Isso inclui explorar outras regiões da cidade e analisar mais profundamente as variadas formas de desigualdade de gênero que permeiam o acesso à moradia e ao espaço urbano. A evidência de trabalho não remunerado e a falta de apoio estatal destacam lacunas significativas que exigem intervenções específicas e urgentes. Portanto, a implementação de políticas inclusivas e o fortalecimento do suporte governamental são essenciais para não apenas aliviar os desafios enfrentados pelas mulheres, mas também para promover um ambiente urbano onde todas as pessoas possam viver com dignidade e igualdade.

A percepção de gênero é fortemente influenciada pela classe social, já que as experiências e desafios enfrentados por diferentes classes econômicas moldam suas visões sobre papéis de gênero e igualdade. As disparidades econômicas e as oportunidades educacionais desempenham um papel crucial na formação dessas representações e expectativas. Tradicionalmente, as mulheres assumem as tarefas domésticas, predominantemente não remuneradas, o que gera desigualdades econômicas. A ideia de quem é o "chefe da casa" reflete estereótipos de gênero que limitam o empoderamento feminino, tanto na família quanto na sociedade. Para promover uma sociedade mais igualitária, é essencial desafiar essas percepções, redistribuir o trabalho doméstico e reconhecer o trabalho não remunerado, criando um ambiente mais justo, onde as funções de liderança na casa se baseiem na igualdade de gênero.

Por fim, ressalta-se nesse artigo, a importância de políticas públicas sensíveis ao gênero e de uma análise mais aprofundada das especificidades enfrentadas pelas mulheres,

visando não apenas mitigar as desigualdades existentes, mas também promover uma sociedade mais justa e equitativa, onde todas as mulheres possam alcançar seu potencial pleno com o apoio adequado do Estado.

REFERÊNCIAS

Aglomerados Subnormais. Rio de Janeiro: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** 2. ed. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 1949.

BELLO, Enzo; BELEZA, Larissa. As mulheres no espaço urbano brasileiro: o direito à cidade como alternativa a um cenário de violações de direitos humanos. **Revista de Direito da Cidade.** 2019.

CALIÓ, Sonia Alves. **Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano.** Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>> Acesso em: 12 de setembro de 2024.

CPRM. **Setorização de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Movimentação de Massa, Enchentes e Inundações.** João Pessoa - Paraíba. Serviço Geológico do Brasil. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** 1.ed. São Paulo. Editora Boitempo, 2016.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva.** 1.ed. São Paulo, Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** 1.ed. São Paulo, Editora Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo.** 8.ed. Editora Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. Censo Demográfico 2022: **Coordenadas Geográficas dos Endereços.** Nota Metodológica n. 01. Rio de Janeiro: IBGE. 2024.

LACERDA, Larissa. GUERREIRO, Isadora. SANTORO, Paula Freire. **Por que o Déficit Habitacional brasileiro é feminino.** Labcidade, 2021. Disponível em <<http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>>. Acesso em: 01 de julho de 2024.

LIMA, Mayara Auck Peres de. **Direito à moradia para as mulheres sob a ótica da autonomia: trajetória das políticas públicas desde a CF/88.** Dissertação (mestrado em Direito - Universidade de Brasília). Brasília, 2018.

LUDERMIR, Raquel; SOUZA, Flávio de. Moradia, patrimônio e sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contexto de violência doméstica contra a mulher. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, V.23. 2021.

MIRANDA, Livia. **Reconhecendo os Assentamentos Precários de João Pessoa e de Campina Grande/PB**. Campina Grande. CNPQ/UFCG, 2021. (Projeto enviado ao CNPQ, 403969/2021-2)

MIRANDA, Livia. **Desenvolvimento humano e habitação no Recife**. Desenvolvimento humano no Recife. Atlas Municipal. 2005.

NETO, J.A.C.A. Direito das mulheres à moradia adequada: reflexões sobre a política habitacional. **Revista Arquitetas Invisíveis**, n.2, 2018, p.96-100. 2018

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em:<<https://www.unicef.org>>. Acesso em: 01 de julho de 2024.

ROLNIK, R; REIS, J; PIRES, M; IACOVINI, R.F.G. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** Disponível em: <<http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?p=4671&lang=pt>>. Acesso em: 01 de julho de 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes - Mito e realidade**. 3.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTORO, Paula Freire. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Minas Gerais. 2008.

SARAIVA, Luiz Arthur Pereira. **A Participação Socioespacial das Representações de Bairro na Gestão e no Planejamento de Campina Grande/PB: "Ativismos" entre Precariedades democrático-Cidadãs**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco.

UN-HABITAT. **The right to adequate housing**. Genebra: UN-HABITAT, 2009.

¹ Todos os nomes citados das moradoras entrevistadas foram trocados para preservar suas identidades